

ANL. p 3

# Projeto da Comissão JORNAL DO BRASIL não terá preferência na votação plenária

DEZ 1982

BRASÍLIA — Numa nova vitória do *Centrão* sobre as lideranças do PMDB, o projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização não terá mais a preferência automática para aprovação em bloco pelo plenário da Constituinte, ressalvados os destaques, como é da praxe parlamentar (dar preferência a uma proposta significa votá-la antes das outras que existam sobre o mesmo assunto). A votação do projeto será só por capítulos, e qualquer pedido de preferência terá de ser votado pelo plenário, mesmo que a preferência seja para o próprio projeto. A votação por capítulos foi uma tímida vitória do PMDB sobre o *Centrão*, que queria votação por títulos.

As negociações emperravam, ontem, num ponto. O *Centrão* quer que as emendas apresentadas ao projeto de Constituição que receberem 280 assinaturas tenham automaticamente preferência, até mesmo sobre o projeto de Constituição. Já o PMDB propõe que os pedidos de preferência para as emendas sejam votados pelo plenário, onde deverão receber os votos favoráveis da maioria absoluta — 280 constituintes.

Apesar disso, em sucessivas reuniões isoladas entre as lideranças do PMDB e do *Centrão*, começou a se desenhar o texto final das mudanças no regimento interno da Constituinte, que deverão ser votadas amanhã em plenário.

**Três pontos** — De acordo com as negociações, que começaram no fim de semana e foram retomadas ontem pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique, pelo PMDB, e o deputado Carlos Sant'Anna, pelo *Centrão*, já existe entendimento em três pontos: haverá a reabertura de prazo para a apresentação de emendas; a manutenção ou a modificação dos itens do projeto de Constituição precisará ser aprovada por 280 constituintes; os pedidos de preferência para a votação de uma emenda terão também que receber idêntico número de votos.

É aí que reside a diferença sutil. O *Centrão* propõe que todas as emendas com pelo menos 280 assinaturas tenham automaticamente a preferência. Já o PMDB acha que, mesmo com esse apoio, o plenário deve decidir se elas têm preferência ou não. Caso contrário, o fato de haver uma maioria absoluta de proponentes acaba significando praticamente uma votação do mérito da proposta, antes mesmo que se façam os encaminhamentos a favor e contra. É como se se julgasse o valor da questão ao mesmo tempo que se decide sobre a forma de votação. O PMDB sugere a proposta feita pelo deputado Afif Domingos (PL-SP) e subscrita pelo senador Mário Covas, pela qual os pedidos de preferência terão que ser assinados por 187 constituintes e aprovados por uma maioria de 280.

**Racionalização** — Pela proposta de Covas e Afif, a exigência de 187 assinaturas para os pedidos de preferência vai permitir a racionalização dos trabalhos no plenário. "Para cada item do projeto — diz Covas — só existirá um máximo de três pedidos de preferência para emendas, já que 187 representam um terço dos constituintes. Dos três pedidos, apenas um terá chance de ser aprovado, porque necessitará da metade mais um dos votos favoráveis no plenário. O constituinte terá que optar pela emenda à qual pretende dar a preferência na votação. Já a insistência do *Centrão* na preferência automática pelas emendas que recebam 280 assinaturas de apoio é simples: é mais fácil fazer um constituinte assiná-la do que levá-lo ao plenário para batalhar pela sua preferência e aprovação.

Logo que as mudanças no regimento forem aprovadas, vai ser reaberto por três dias o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição. Cada constituinte poderá, agora, apresentar quatro emendas. Depois, o relator Bernardo Cabral terá cinco dias para aceitá-las ou rejeitá-las. A seguir, durante três dias, os constituintes poderão pedir destaques para as emendas que não tiverem sido aceitas pelo relator. Para isso, também há um limite: cada constituinte pode apresentar seis pedidos de destaque, assinados por seis colegas.

Preocupado com a "ameaça de impasse" que vê desenhar-se na Constituinte, o PCB denunciou em nota oficial e em entrevista de seus principais dirigentes a ação de forças de direita e de esquerda empenhadas em provocar o confronto. O partido pregou a negociação: "Sem um amplo entendimento, poderá instalar-se no país um clima de desestabilização das instituições, propício às forças reacionárias interessadas na regressão política". O documento, de três páginas, foi divulgado por três dirigentes do PCB: Salomão Malina (presidente nacional), Givaldo Siqueira (coordenador do secretariado do diretório nacional) e Jarbas Holanda (diretor do Departamento de Entendimentos Políticos).